


PUBLICIDADE LEGAL



CNPJ 92.693.019/0001-89 • NIRE JUCISRS Nº 43.3.0000227-6 • COMPANHIA ABERTA • Código CVM 94
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA


Ficam convocados os Senhores Acionistas desta Companhia para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, de forma presencial, no dia 28 de abril de 2026, às 10h, em sua sede social, na Rua Rudolfo Vontobel, 600, Distrito Industrial de Gravataí/RS, a fim de deliberar sobre a seguinte

Ordem do Dia

1. Analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Parecer da Auditoria Externa e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2025;
2. Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do Exercício encerrado em 31.12.2025;
3. Manter em 5 (cinco) o número de membros para compor o conselho de administração, reelegendo os seus respectivos;
4. Fixar a remuneração global dos administradores;

Instruções Gerais:

- i. Os documentos relacionados à Assembleia estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, em seu site de relações com investidores (<https://www.panatlantica.com.br/investidor/>), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).
- ii. O acionista que desejar participar e votar fisicamente, para ter sua participação admitida na Assembleia, deverá observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante atualizado expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária.
- iii. Em conformidade com o disposto no artigo 10 do Estatuto Social, o acionista que desejar participar e votar fisicamente na Assembleia, por meio procurador, deverá depositar procuração na sede da Companhia, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia.
- iv. Companhia informa que o Conselho Fiscal não está em funcionamento. Assim, nos termos do art. 5º, inciso I-A, da Resolução CVM nº 81/22, bem como do art. 4º, da Resolução CVM nº 70/22, caso haja interesse em sua instalação, o percentual mínimo de participação para pedido de instalação do Conselho Fiscal, previsto no art. 161, §2º, da Lei nº 6.404/76, é de 2% (dois por cento) das ações ordinárias.
- v. É facultado aos acionistas detentores de no mínimo 5% (cinco por cento) do Capital Social com direito a voto da Companhia, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição do Conselho de Administração, conforme o disposto no artigo 141 da Lei 6.404/76 e nas Instruções Normativas CVM 70/22 e 81/22.
- vi. A Companhia esclarece que, nos termos do art. 5, inciso III, da Resolução CVM nº 81/22, a Assembleia será realizada de forma presencial, observando o padrão adotado há anos e igualmente adotará o procedimento de voto à distância, conforme previsto na Instrução CVM nº 81/22, permitindo que seus Acionistas enviem, diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia, o Boletim de Voto a Distância, o qual se encontra à disposição dos Acionistas junto aos demais documentos referentes à Assembleia Geral. A Companhia informa que instruções adicionais sobre o procedimento de votação a distância poderão ser consultadas no próprio Boletim de Voto a Distância.

Gravataí/RS, 06 de abril de 2026.
 Raul Maselli - Presidente do Conselho de Administração 

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Escaneie o
QRCode
abaixo e entre
em contato:



O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.

Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342
 EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

JC 92 ANOS



PUBLICIDADE LEGAL

grupo panvel DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
 CNPJ/MF Nº 92.665.611/0001-77 • NIRE Nº 4330003221 • CVM nº 00934-2 • Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se às 09 horas e 30 minutos do dia 30/04/2026 em nossa sede social, na Avenida Industrial Belgraf, nº 865, CEP: 92.990-000, em Eldorado do Sul, RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**:

1. Em Assembleia Geral Ordinária: a) Apreciar contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relatório de administração e relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, antes das Participações dos Empregados e dos Administradores e sobre a homologação do pagamento de juros sobre capital próprio imputados ao valor dos dividendos, com a definição do cronograma de pagamentos das deliberações em aberto; c) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2026. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Deliberar acerca do aumento do capital social da Companhia, passando de R\$ 1.227.142.660,62 (um bilhão, duzentos e vinte e sete milhões, cento e quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta reais e sessenta e dois centavos) para R\$ 1.294.031.472,41 (um bilhão, duzentos e noventa e quatro milhões, trinta e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e um centavos) mediante a capitalização de reservas, sem emissão de novas ações, com a respectiva alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; b) Deliberar acerca da Inclusão de atividades complementares secundárias de serviços combinados de escritório e apoio administrativo, estacionamento de veículos, depósito para terceiros e serviços de carga e descarga no Objeto Social da Companhia, com a respectiva alteração do Art. 3º do Estatuto Social da Companhia. c) Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações deliberadas nos itens acima. **Informações Gerais para Participação na Assembleia:** **Formato de assembleia:** A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será conduzida presencialmente na sede da Companhia. Essa escolha visa preservar o modelo tradicional de condução de suas assembleias, amplamente conhecido e adotado pelos acionistas, garantindo maior previsibilidade e alinhamento com as práticas institucionais da Companhia. Além disso, a administração considera que o formato presencial favorece uma comunicação mais objetiva e eficaz, permitindo debates mais dinâmicos e uma tomada de decisão mais fundamentada. **Participação por voto à distância:** A Companhia informa que utilizará o processo de voto à distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/22. O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida Instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador, ou diretamente à Companhia. **Participação pessoal ou por representante.** Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, para participarem das Assembleias, deverão observar as disposições previstas no art. 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária. Os instrumentos de procuração para representação na Assembleia ora convocada poderão ser depositados até às 18h de 27 de abril de 2026 no seguinte endereço: Avenida Industrial Belgraf, nº 865, bairro Industrial, CEP: 92.990-000, Eldorado do Sul/RS. **Instalação de Conselho Fiscal:** ainda, na forma do inciso I-A do artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o pedido de instalação do Conselho Fiscal da Companhia pode ser realizado pelos Senhores Acionistas da Companhia que possuam, ao menos, 2% (dois por cento) do total das ações ordinárias da Companhia, em linha com o disposto no artigo 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada. **Documentos relacionados à Assembleia.** Os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral encontram-se à disposição no endereço da Companhia acima indicado e nos websites da Companhia (www.grupopanvel.com.br/ri), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO (www.b3.com.br) na internet. Eldorado do Sul/RS, 01 de abril de 2026. Julio Ricardo Andrighetto Mottin, Roberto Luiz Weber, Denis Pizzato, Cláudio Roberto Ely e Clarice Martins Costa - Conselheiros de Administração.

ASCOL

Jornal do Comércio

NO SEU TEMPO
NO SEU ALCANCE

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS



Baixe o App
e conecte-se
à informação com
apenas um clique!

PUBLICIDADE LEGAL

BIANCHINI S/A INDÚSTRIA COMÉRCIO E AGRICULTURA
CNPJ. 87.548.020/0001-80 – NIRE/JUCERGS 43300013715
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, às 10 horas do dia 17 de abril de 2026, na sede social, na rua Dos Andradas, 1121 - 10 andar, em Porto Alegre, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: 1) – Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, com pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/25. 2) – Destinação do lucro líquido do exercício e dos dividendos estatutários. 3) – Eleição da diretoria e fixação de sua remuneração.

Porto Alegre, 06 de abril de 2026
ARLINDO BIANCHINI
 Diretor Presidente

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Escaneie o
 QRCode
 abaixo e entre
 em contato:



O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.

Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342
 EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR



PUBLICIDADE LEGAL

INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN S.A. CNPJ no 94.831.294/0001-47 -NIRE 43.300.063.674
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de dezembro de 2025
<p>1. Data, Hora e Local: Aos 8 dias do mês de dezembro de 2025, às 12:25 horas, na sede do INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN S.A., localizada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Olavo Bilac, no 805, Bairro Azenha, CEP 90040-310 ("Companhia").</p> <p>2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia.</p> <p>3. Mesa: Presidente: Sr. Cristiano Afonso Ferreira de Camargo; e Secretário: Sr. Raoni Cavalcanti Samico Porto Larena.</p> <p>4. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) a consignação do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. João Carlos Figueiredo Padin e eleição de membro da Diretoria da Companhia; e (ii) a consignação da composição e do mandato da atual da Diretoria da Companhia.</p> <p>5. Deliberações: Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista, sem quaisquer reservas, objeções ou ressalvas, deliberou o seguinte: (i) Aprovar a ata em forma de sumário das deliberações; (ii) Consignar a renúncia apresentada pelo Sr. JOÃO CARLOS FIGUEIREDO PADIN, brasileiro, casado, executivo, portador da cédula de identidade RG no 44.247.517-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob no 324.068.048-36, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Augusta, no 1562, 11º e 12º andares, Consolação, CEP 01304-001, do cargo de Diretor da Companhia, nos termos da Carta de Renúncia devidamente recebida e arquivada na sede da Companhia; (iii) Outorgar, neste ato, quitação ao Sr. João Carlos Figueiredo Padin pelos atos por ele regularmente praticados no exercício de seu cargo, nos termos da lei; (iv) Aprovar a eleição do Sr. BRUNO LEMOS FERRARI, brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade RG n.º M-2.276.941 SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 814.320.466-91, com endereço comercial na Rua Augusta, no 1562, 11º e 12º andar, Consolação, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.304-001, ao cargo de Diretor da Companhia, por um mandato unificado com os demais membros do referido órgão; (v) O membro da Diretoria ora eleito toma posse neste ato e declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a administração da Companhia, em virtude de lei especial ou condenação criminal que inabilite, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crime contra a economia popular ou a fé pública, e, nos termos do artigo 147, §1º, da Lei no 6.404/76, tomará posse em seu cargo mediante assinatura do respectivo termo de posse que integra o Anexo I desta ata; (vi) Consignar que a atual composição da Diretoria da Companhia é formada pelos seguintes membros, todos com mandato até 20 de setembro de 2026: a) RAONI SAMICO CAVALCANTI PORTO LARENA, brasileiro, em união estável, economista, portador da carteira de identidade RG no 23.000.784-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o no 321.675.788-90, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Augusta, no 1562, 11º e 12º andar, Consolação, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.304-001, ao cargo de Diretor da Companhia; b) CRISTIANO AFFONSO FERREIRA DE CAMARGO, brasileiro, casado, executivo, portador da carteira de identidade RG no 8138654 SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 011.728.526-93, com endereço comercial na, na Rua Augusta, no 1562, 11º e 12º andar, Consolação, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.304-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ao cargo de Diretor da Companhia; e c) BRUNO LEMOS FERRARI, brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade RG n.º M-2.276.941 SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 814.320.466-91, com endereço comercial na Rua Augusta, no 1562, 11º e 12º andar, Consolação, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.304-001, ao cargo de Diretor da Companhia.</p> <p>6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. Acionista presente: Unity Participações S.A. (por: Raoni Cavalcanti Samico Porto Larena e Cristiano Afonso Ferreira de Camargo), Porto Alegre/RS, 8 de dezembro de 2025.</p> <p>Mesa: Cristiano Afonso Ferreira de Camargo - Presidente da Mesa; Raoni Cavalcanti Samico Porto Larena - Secretário da Mesa. Acionista: UNITY PARTICIPAÇÕES S.A. por Raoni Cavalcanti Samico Porto Larena e Cristiano Afonso Ferreira de Camargo. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul Certifico registro sob o no 11661418 em 16/03/2026 da Empresa INSTITUTO DE ONCOLOGIA KAPLAN S.A., CNPJ 94831294000147 e protocolo 260071722 - 08/01/2026. Autenticação: 357E5EB33AB58AAB44592C8DFC8BFA51FE6C47F. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.</p>

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o
QRCode
abaixo e entre
em contato:



WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

PUBLICIDADE LEGAL

Mega Negócios Imobiliários S/A
 CNPJ 87.819.306/0001-52 - NIRE 43 3 0001885 7
Convocação: Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária à realizar-se às 15:00h do dia 24 de abril de 2026, na sede social da Empresa sita à Rua Marechal Floriano 1094A, em Caxias do Sul RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I) Assembleia Geral Ordinária: a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31.12.2025. b) Deliberar sobre a destinação do lucro e distribuição de Dividendos. c) Outros assuntos de interesse social.
 Caxias do Sul, 15 de março de 2026. A Diretoria.

Jornal do Comércio

**O CONTEÚDO QUE
 FAZ A DIFERENÇA
 NO SEU DIA A DIA**



Escaneie o
QRCode e
 acesse o
 canal
 do JC



PUBLICIDADE LEGAL

COMERCIAL CESA S/A

CNPJ 88.614.235/0001-14 - NIRE 43 3 0001455 0
Convocação: Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 15:30h, do dia 24 de abril de 2026, na sede social da Empresa sita à Rua Marechal Floriano 1094, em Caxias do Sul RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Assembleia Geral Ordinária: a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2025. b) Deliberar sobre a destinação do lucro e distribuição de dividendos. c) Outros assuntos de interesse social.
 Caxias do Sul, 15 de março de 2026. A Diretoria.

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS.

**TUDO AO SEU ALCANCE,
 NO SEU TEMPO.**

Baixe o App e conecte-se
 à informação com apenas um clique!



Jornal do Comércio
 O jornal de economia e negócios do RS



CFL

CFL INC PAR S.A.

CNPJ - 08.117.803/0001-32 | NIRE - 43.000.6500-6

Destaques Operacionais 2025

Vendas Contratadas Líquidas R\$ 624 MM	Velocidade sobre Oferta (VSO) 47,0%	Receita Operacional Líquida R\$ 651 MM	Margem Bruta 30,2%	Margem Líquida 19,7%
ROE 25,2%	Caixa + Carteira de Recebíveis R\$ 1,864 BI	Receita Futura a Apropriar R\$ 1,494 BI	Margem REF 39,6%	SG&A / ROL 6,9%

Relatório da Administração

É com muita satisfação que apresentamos os resultados da Companhia no exercício de 2025. Quando analisamos o somatório dos últimos dois anos (2024 e 2025) atingimos R\$ 2,827 bilhões em vendas líquidas contratadas (VGV), receita operacional líquida de R\$ 1,728 bilhões no somatório dos últimos 24 meses, com margem bruta de 34,22%, lucro bruto de R\$ 591 milhões, despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) de apenas 4,95% e um lucro líquido de R\$ 400 milhões no acumulado dos 2 exercícios com uma margem líquida de 23,13% uma das melhores performances da Indústria Imobiliária Brasileira entre as

grandes companhias do setor. Todos estes indicadores, reforçam a nossa capacidade operacional e a solidez financeira e perenidade das atividades da companhia com o fortalecimento do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025:
Receita Operacional Líquida 651.448
Lucro Bruto 196.468
Margem Bruta 30,2%

Lucro líquido contábil 128.365
Margem Líquida 19,7%
Patrimônio Líquido 508.384
Retorno sobre Patrimônio Líquido 25,2%
Agradecemos a todos os colaboradores e Stakeholders pela confiança e dedicação na construção destes resultados.

Balancos Patrimoniais - 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de reais)		Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	31.844	89	88.983	125.842	
Aplicação financeira	30.000	-	30.000	-	
Contas a receber	127	141	438.615	368.202	
Imóveis a comercializar	3.389	3.389	464.833	491.790	
Impostos a recuperar	679	516	2.803	2.343	
Outros créditos	905	916	9.312	15.843	
Partes relacionadas	11.020	4.889	-	1.818	
Despesas do exercício seguinte	-	-	5.794	6.260	
Total do ativo circulante	77.964	9.940	1.040.340	1.012.098	
Ativo não circulante					
Aplicação financeira	14.911	-	14.911	-	
Cauções garantias	73	73	73	73	
Contas a receber	-	43	173.105	184.584	
Imóveis a comercializar	-	-	-	8.599	
Partes relacionadas	-	11.831	-	11.831	
Adiantamentos para devolução de cota de capital	-	-	51.226	46.142	
Despesas do exercício seguinte	-	-	5.793	4.794	
Investimentos	341.876	359.708	829	848	
Adiantamento futuro aumento de capital	217.688	92.147	-	-	
Propriedade para investimento	-	-	106.000	-	
Direitos de uso	1.844	2.056	1.844	2.056	
Imobilizado	711	348	5.950	6.124	
Intangível	-	-	4.973	5.447	
Total do ativo não circulante	577.103	466.206	436.636	270.498	
Total dos ativos	655.067	476.146	1.476.976	1.282.596	
Passivo circulante					
Fornecedores	320	29	16.636	16.206	
Empréstimos e financiamentos	-	441	24.139	55.765	
Obrigações fiscais	55	8	5.221	9.677	
Obrigações fiscais diferidas	10	13	17.550	14.755	
Obrigações sociais e trabalhistas	946	2.225	1.777	2.984	
Total do passivo circulante	1.331	2,806	43.239	90,727	
Passivo não circulante					
Fornecedores	-	-	-	-	
Empréstimos e financiamentos	195.390	-	239.865	48.928	
Obrigações fiscais diferidas	-	4	6.924	7.386	
Arrendamentos a pagar	957	1.127	957	1.127	
Arrendamentos a pagar partes relacionadas	557	651	557	651	
Partes relacionadas	6.525	14.252	91	91	
Provisão para perda de investimento	5.386	2.557	-	-	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	718	752	
Provisões de contingência	173	238	16.573	9.890	
Adiantamentos de clientes	-	-	177.643	257.048	
Credores por investimentos	416	360	31.531	4.360	
Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	-	149.448	146.600	
Outras obrigações	-	-	329	1.062	
Total do passivo não circulante	209.404	19.189	633.598	482.564	
Total do passivo	210.735	21,995	1.067,137	963,291	
Patrimônio líquido					
Capital social	340.000	136.350	340.000	136.350	
Reserva de capital	27.504	27.504	27.504	27.504	
Reserva de lucros	65.989	194.900	65.989	194.900	
Transação de capital	464	464	464	464	
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	433.957	359.218	433.957	359.218	
Participação de acionistas não controladores	-	-	74.427	75.192	
Total do patrimônio líquido	433.957	359.218	508.384	434.410	
Total dos passivos e patrimônio líquido	655.067	476.146	1.476.976	1.282.596	

Demonstrações dos Resultados		Controladora		Consolidado	
Exercícios Findos em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de reais)		01/01/25 a 31/12/25	01/01/24 a 31/12/24	01/01/25 a 31/12/25	01/01/24 a 31/12/24
Receita operacional líquida	124	1.953	651.448	1.076.882	
Custo incorrido das vendas realizadas	(288)	(467)	(454.980)	(681.916)	
Lucro bruto	(164)	1.486	196.468	394.966	
Despesas (receitas) operacionais					
Despesas comerciais	(210)	(320)	(24.842)	(21.087)	
Despesas gerais e administrativas	(7.785)	(8.511)	(19.892)	(19.816)	
Despesas tributárias	(200)	(55)	(230)	(51)	
Resultado de equivalência patrimonial	130.440	270.384	-	-	
Outras receitas (despesas) operacionais	2.184	(5.023)	20.210	(11.587)	
Lucro operacional líquido antes das receitas e despesas financeiras	124.265	257.961	171.714	342.425	
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras	6.588	1.971	13.869	7.695	
Despesas financeiras	(7.158)	(4.289)	(44.740)	(61.961)	
Lucro antes do IR e CSLL	123.695	255.643	140.879	288.159	
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(11.395)	(8.919)	
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	(1.119)	(7.761)	
Lucro líquido do exercício	123.695	255.643	128.365	271.479	
Lucro atribuível a:					
Participação dos acionistas controladores	-	-	123.695	255.643	
Participação dos acionistas não controladores	-	-	4.670	15.836	
Lucro líquido do exercício	123.695	255.643	128.365	271.479	
Lucro do exercício básico e diluído por ação - R\$	1,49	3,69			

Demonstrações dos Resultados Abrangentes		Controladora		Consolidado	
Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)		01/01/25 a 31/12/25	01/01/24 a 31/12/24	01/01/25 a 31/12/25	01/01/24 a 31/12/24
Lucro líquido do exercício	123.695	255.643	128.365	271.479	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	
Resultado abrangente do exercício	123.695	255.643	128.365	271.479	
Resultado abrangente do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores	-	-	123.695	255.643	
Acionistas não controladores	-	-	4.670	15.836	
Total	-	-	128.365	271.479	

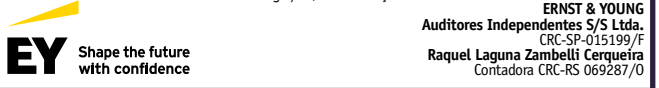
Demonstrações do Valor Adicionado		Controladora		Consolidado	
Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)		01/01/25 a 31/12/25	01/01/24 a 31/12/24	01/01/25 a 31/12/25	01/01/24 a 31/12/24
Receitas	140	2.354	662.334	1.094.678	
Receita de imóveis vendidos	(16)	(401)	(10.886)	(17.796)	
Deduções de vendas	-	-	-	-	
Outras Receitas	124	1.953	668.323	1.076.882	
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo de imóveis vendidos	(288)	(467)	(441.650)	(681.916)	
Serviços de terceiros	(903)	(857)	(923)	(880)	
Materiais, energia e outros operacionais	(189)	(6.526)	(23.670)	(36.314)	
Valor adicionado bruto	(1.256)	(5.897)	202.080	357.772	
Retenções					
Depreciações e amortizações	(80)	(38)	(1.821)	(41)	
Amortizações de arrendamentos	(389)	(359)	(389)	(359)	
Valor líquido produzido pela entidade	(1.725)	(6.294)	199.870	357.372	
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	130.440	270.384	-	-	
Receitas financeiras	6.588	1.971	13.869	7.695	
Total	135.303	266.061	213.739	365.067	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de reais)		Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	123.695	255.643	128.365	271.479	
Lucro líquido do exercício	123.695	255.643	128.365	271.479	
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividade operacional:					
Depreciações e amortizações	80	38	1.821	41	
Amortizações de arrendamentos	389	359	389	359	
Ganhos em investimentos	(630)	(7.174)	(630)	-	
Perda em investimentos	573	5.740	573	5.740	
Equivalência patrimonial	(130.440)	(270.384)	-	-	
Provisão para contingências	(65)	96	6.683	4.470	
Baixa de investimentos/intangível	474	1.073	474	-	
Perdas com dividendos destacados e não pagos	-	1.154	-	1.154	
Perda com baixa do AFAC	-	47	-	47	
Baixa do capital SPE LPI	-	-	(6.287)	-	
Juros Apropriados - Mútuos Ativos	(604)	-	(604)	-	
Cessão do capital SPE Nilo Country	-	-	(4)	-	
Ajuste a valor justo - Hotel	-	-	(16.875)	-	
AVP de clientes	-	-	(1.344)	-	
AVP de arrendamentos	109	135	109	135	
Atualização monetária - Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	-	(3.720)	-	
Despesas financeiras com sócios participantes - Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	-	31.052	-	
Custos incorridos - Empréstimos	618	-	618	-	
Juros incorridos - Empréstimos	5.765	3.305	17.388	13.316	
Juros incorridos - Credores por investimentos	639	-	639	-	
Redução de ativo Imobilizado	53	-	1.716	-	
Redução (aumento) nos ativos operacionais					
Contas a receber	57	676	(57.590)	(433.179)	
Imóveis a comercializar	-	-	(130.286)	(165.812)	
Impostos a recuperar	(163)	32	(460)	119	
Outros créditos	11	30	6.531	(7.272)	
Partes Relacionadas - Ativo - Reembolsos de controladas	(6.131)	-	-	-	
Partes Relacionadas - Ativo - Vendas de unidades	-	-	1.818	-	
Despesas do exercício seguinte	-	4.116	(533)	1.819	
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores	291	(125)	4.723	6.772	
Obrigações fiscais	40	(77)	10.400	30.027	
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.279)	1.277	(1.207)	1.559	
Contas a pagar por aquisição de imóveis	(65)	(238)	(1.371)	76.848	
Adiantamentos de clientes	-	-	(30.642)	265.097	
Outras obrigações	8	3	8.044	784	
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(12.523)	(5.021)	
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(6.575)	(4.274)	(23.991)	96.684	
Fluxos de caixa de atividades de investimentos					
Credores por investimentos	56	(86)	27.171	(86)	
Aquisição novos investimentos	19	(10)	19	(10)	
Redução/Aumento de capital em investidas	(48.544)	4.119	-	-	
Aplicação Financeira	(44.911)	-	(44.911)	-	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31/12/2025 (Valores expressos em milhares de reais)

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações

<p>→ continuação</p> <p>orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. 3. Utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidos a seguir: (a) Custos orçados: são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados de acordo com o método contábil mencionado na Nota Explicativa nº 3.13; (b) Tributos e demandas administrativas ou judiciais: a Companhia e suas investidas estão sujeitas no curso normal de seus negócios a fiscalizações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia e suas investidas, podem ser adversamente afetados, independente do respectivo resultado. Com base na sua melhor avaliação e estimativa, suportada por seus consultores jurídicos, a Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de provisão; (c) Valor justo de</p>	<p>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CFL INC PAR S.A. para o Exercício Findo em 31/12/2025 (Valores expressos em milhares de reais)</p> <p>Instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros; (d) Provisões para garantia: mensurado a partir dos gastos históricos com manutenção em empreendimentos concluídos; (e) Perdas esperadas com créditos de clientes e provisão para distratos: a Companhia mensura a provisão para perdas com créditos de clientes e provisão para distratos com base em premissas que consideram o histórico e perspectivas de perdas esperadas de suas operações correntes e suas estimativas. Exemplos: (a) atrasos no pagamento das parcelas; (b) condições econômicas locais ou nacionais desfavoráveis; entre outros. Caso existam tais evidências, a respectiva provisão é registrada. Tais premissas são revisadas tempestivamente para considerar eventuais alterações nas circunstâncias e históricos. Dessa forma, as perdas esperadas com créditos de clientes são constituídas, quando necessárias, sendo que, para os saldos de conta a receber de clientes oriundos da venda de unidades imobiliárias concluídas e/ou não concluídas, a Companhia constitui provisão para perda esperada dos créditos para os quais não exista a garantia real de retomada dos imóveis em seu favor. Relativamente aos distratos, a Companhia constitui provisão baseada pontualmente na análise de cada contrato, contemplando o perfil e o histórico de pagamentos até então efetuados pelo promitente comprador, levando em conta também e, especialmente, à questão</p>	<p>relativa ao saldo a receber correspondente ao preço do respectivo contrato. Cabe destacar que a Companhia ao longo de sua trajetória tem empregado política de venda extraordinariamente assertiva tendo em vista, principalmente, pela forma rígida e criteriosa na análise de crédito previamente elaborada para fins de aprovação de venda e, além disso, é extremamente exigente quanto às condições de pagamento estabelecidas no contrato, tanto que, até a entrega das chaves o promitente comprador solve pelo menos 60% do respectivo preço; (f) Impostos: a Companhia e suas controladas poderão eventualmente ser fiscalizadas por diferentes autoridades, incluindo fiscais de tributos do trabalho, da previdência e do meio ambiente, não sendo crível saber de antemão da possibilidade de haver autuação. No entanto, na hipótese de eventualmente haver alguma autuação, a Companhia bem como no caso de controladas, se reserva no direito de implementar todas as medidas cabíveis para a defesa de seus interesses, tanto nas esferas administrativas como nas esferas judiciais; (g) Avaliação do valor recuperável dos ativos: a Companhia e suas controladas avaliam eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos ativos com vida útil definida. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"), ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As principais rubricas sujeitas à avaliação de recuperação são: "Imóveis a comercializar" e "Imobilizado". Em 31 de dezembro de 2025, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causas um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação aquelas detalhadas nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>
<p>Luciano Bocorny Correa Presidente</p>	<p>Lenita Teixeira de Almeida Campos Superintendente Finanças e Controladoria</p>	<p>Juliano Antunes Bomfim CRC/RS 070.151/0-0</p>
<p>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas</p>		
<p>Aos Acionistas, Administradores e Conselheiros da CFL INC PAR S.A. - Porto Alegre/RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CFL INC PAR S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, equivalentes às entidades registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Prática contábil aplicável às entidades de incorporação imobiliária no Brasil. Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, equivalentes às entidades registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Reconhecimento de receita de imóveis vendidos: Conforme mencionado na nota explicativa 24, a Companhia e suas controladas reconheceram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$651.448 mil referente à receita líquida de imóveis vendidos. Conforme mencionado na nota explicativa 3.13, a Companhia reconhece a referida receita no decorrer da construção dos imóveis com base no percentual dos custos incorridos, incluindo aqueles relacionados aos terrenos, projetos e à construção, em relação aos custos totais orçados do projeto (Poc) os quais são revisados periodicamente. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, além das incertezas inerentes à determinação das estimativas sobre os valores esperados de rentabilidade dos imóveis</p>	<p>vendidos, tendo em vista os controles de acompanhamento da previsão dos custos a serem incorridos até o final da obra, e da avaliação do reconhecimento ou não da receita, considerando a transferência de controle e cumprimento das obrigações de performance e aos eventos de alteração e atualização dos orçamentos de obra. Uma mudança no orçamento das obras e respectivamente nas margens, se não identificadas tempestivamente podem gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a) entendimento do processo e avaliação sobre o desenho e implementação dos controles internos de reconhecimento de receita de imóveis vendidos em construção, incluindo o momento de reconhecimento das receitas e dos respectivos custos a receber; b) efetuamos comparação dos orçamentos entre os exercícios e obtivemos esclarecimentos para variações não usuais; c) em uma base amostral, com o auxílio dos nossos engenheiros especialistas avaliamos da metodologia, índice e premissas utilizadas na preparação das estimativas e no cálculo da atualização dos orçamentos de custo de construção individualizados por empreendimento, eles também nos auxiliaram na verificação da razoabilidade entre o andamento físico e o percentual dos custos incorridos em relação ao total orçado do empreendimento; d) realizamos em base amostral a inspeção de documentos suporte dos custos incorridos durante o exercício; e) inspecionamos, em base amostral, os contratos de venda, comprovantes de liquidação financeira e recalculamos o saldo a receber de acordo com o índice contratual vigente; f) testamos o recálculo da receita reconhecida no exercício com base nos percentuais de conclusão apurados e comparamos com aqueles apurados pela administração; e g) revisamos a adequação das efetuadas pela Companhia sobre o assunto, nas notas explicativas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita de imóveis vendidos em construção, foi identificado ajuste de auditoria indicando a necessidade de estorno receitas e respectivo custos, o qual não foi ajustado pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas nº 3.13 e 24. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitável a prática de reconhecimento de receita de imóveis vendidos em construção adotada pela Companhia e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, como requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no</p>	<p>Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, equivalentes às entidades registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Porto Alegre/RS, 31 de março 2026.</p> <p>ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP-015199/F Raquel Laguna Zambelli Cerqueira Contadora CRC-RS 069287/0</p>



Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:





CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL

CIEE-RS

CNPJ Nº 92.954.957/0001-95

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Associados, em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, o Centro de integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul, CIEE-RS tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras completas incluindo todas Notas Explicativas, o Parecer do Conselho Fiscal e o Relatório dos Auditores Independentes, pertinentes aos Exercícios Sociais de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025 e 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas. para as informações e esclarecimentos adicionais que desejarem.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em R\$ 1)				DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em R\$ 1)			
ATIVO	Nota	2025	2024	PASSIVO	Nota	2025	2024
CIRCULANTE		430.087	240.521	CIRCULANTE		127.061	23.814
Caixa e equivalentes de caixa	04	334.288	214.172	Fornecedores e credores	15	6.226	2.260
Aprender a receber	05	15.800	15.373	Obrigações sociais e tributárias	16	10.968	10.968
Estágio a receber	06	3.781	3.774	Bolsa auxílio estagiários a repassar	17	6.852	4.204
Convênios a receber Termos de Colaboração	08	68.954	2.357	Recargas a realizar centro de eventos	07	418	423
Aluguéis a receber	07	4.200	1.900	Recargas a realizar convênios	06	295	1.361
Adiantamentos	08	1.947	2.121	Recargas a realizar termos Colab Gov.	06	101.521	4.476
Almoarifado		164	153	Permutas a compensar	15	41	122
Despesas do exercício seguinte		197	116	NÃO CIRCULANTE		15.652	4.967
NÃO CIRCULANTE		401.694	349.238	Provisões para contingências	18	799	456
Realizável a longo prazo		176.069	183.315	Recargas a realizar convênios	06	10.153	2.611
Depósitos judiciais	18	428	229	Recargas a realizar termos Colab Gov.	07	4.700	1.900
Cauções	09	769	729	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		689.068	560.978
Convênios a receber Termos de Colaboração	06	10.153	2.611	Patrimônio social		560.978	474.056
Convênios a receber	07	4.700	1.900	Superávit líquido do exercício		128.090	86.922
Investimentos financeiros	10	160.019	177.846	TOTAL DO PASSIVO E PATRIM. LÍQUIDO		831.781	589.759
Investimentos	11	4.893	433				
Propriedades para investimentos	12	91.482	33.421				
Imobilizado	13	119.742	124.233				
Intangível	14	9.522	7.836				
TOTAL DO ATIVO		831.781	589.759				

As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em R\$ 1)			
Superávit líquido do exercício	2025	2024	
Outros resultados abrangentes	128.090	86.922	
Resultado abrangente total	128.090	86.922	

As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em R\$ 1, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - Contexto operacional: O Centro de Integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul - CIEE-RS, constituído por Assembleia em 28 de abril de 1969, é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de assistência social beneficente, educacional e cultural, tendo prazo indeterminado, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 861, Bairro Higienópolis - Porto Alegre/RS - CEP 90.550-142 e Foro na mesma cidade, regendo-se por Estatuto Social e pela legislação que lhe for pertinente. Fonte de recursos - Os recursos para manutenção das atividades são obtidos mediante convênios operacionais, firmados com empresas e com órgãos públicos. São obtidos por meio de contribuições institucionais do quadro de membros cooperadores de empresas privadas e públicas, decorrentes das atividades de integração entre Empresa-Escola, por meio do Programa de Estágio de Estudantes Lei nº 11.788 de 25/09/2008, do Programa Aprender (art. 428 e seguintes da CLT) e da Lei nº 10.097/2000, (a "Lei da Aprendizagem") e dos rendimentos auferidos do seu patrimônio, tais como aluguéis de salas, estacionamento, centro de eventos e teatro. As atividades desenvolvidas pelo CIEE/RS enquadram-se no disposto no art. 203, inciso III da constituição federal, art. 2º, inciso III e art. 3º da Lei n.º 8.742 de 1993 (LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social), e tem como objetivo a promoção da integração ao mundo do trabalho, em especial, dos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e social. As atividades são gratuitas aos beneficiários e são realizadas de forma continuada, permanente e planejada, executando programas e ações sociais voltados para a defesa, conscientização e efetivação dos direitos socioassistenciais, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos. O CIEE/RS não recebe diretamente, a título de doação ou subvenção imediata, de qualquer órgão federal, estadual ou municipal. **NOTA 02 - Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da entidade e autorizadas para divulgação em 12 de março 2026, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. **NOTA 03 - Práticas contábeis materiais:** As práticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para as demonstrações contábeis da Entidade: a) **Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. b) **Moeda funcional:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para R\$ 1.000, exceto quando indicado de outra forma. c) **Instrumentos financeiros:** Os Instrumentos Financeiros são classificados numa das três categorias: Instrumentos Financeiros ao custo amortizado; Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado. Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, bem como contas a pagar e outras dívidas. A Entidade não possui operações com Instrumentos Financeiros de natureza decorrente de Derivativos. d) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, cartões fundo fixo, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. e) **Receitas operacionais:** Compreendem o valor justo das contraprestações recebidas ou a receber de contribuição institucional pela intermediação sobre as "Bolsas Auxílios de Estágio" do Programa Estágio, Programa Aprender - contribuição de capacitação teórica dos jovens e outras Receitas de Atividades meio da Entidade. f) **Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes:** Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável. g) **Imobilizado e intangível:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados aos custos serão auferidos pela Entidade. A depreciação e amortização são reconhecidas com base na vida útil estimada de cada ativo. O cálculo é baseado no método linear, que leva em conta o tempo de vida útil estimada dos bens, considerando: Imobilizado-taxa/Vida útil: Edifícios 2% a.a. / 50 anos, Imóveis 2% a.a. / 50 anos Instalações 10% a.a. / 10 anos, Máquinas e equipamentos 10% a.a. / 10 anos, Móveis e utensílios 10% a.a. / 10 anos, Benfeitorias em prédios de terceiros 10% a.a. / 10 anos, Computadores e periféricos 20% a.a. / 5 anos, Intangível-taxa/Vida útil Intangível de software 20% a.a. / 5 anos, Revisamos anualmente os bens do Imobilizado, e do Intangível com base em Laudos de avaliações de especialistas com o objetivo de identificar possíveis evidências de que seus ativos possam estar desvalorizados ou alterações na forma de uso e manutenções que possam afetar a vida útil dos bens. Com base nos respectivos Laudos, a partir de janeiro de 2023 os valores residuais e a vida útil dos Edifícios e Imóveis da Entidade foram reclassificados pela Administração da Entidade para taxa/Vida útil 2% a.a. / 50 anos. h) **Propriedades para investimentos:** Referem-se às propriedades em que se espera benefício econômico contínuo e permanente, representado por imóveis destinados à renda, os quais estão demonstrados pelo valor de custo. Inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados aos custos serão auferidos pela Entidade. Depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo. O cálculo é baseado no método linear, que leva em conta o tempo de vida útil estimada dos bens, revisamos anualmente as propriedades para investimentos. Com base em Laudos de Avaliações de especialistas com o objetivo de identificar possíveis evidências de que seus ativos possam estar desvalorizados ou alterações na forma de uso e manutenções que possam afetar a vida útil dos bens. Com base nos respectivos Laudos, a partir de janeiro de 2023 os valores residuais e a vida útil das Propriedades para Investimento foram reclassificados pela Administração da Entidade para taxa/Vida útil de 2% a.a. / 50 anos. i) **Redução ao valor recuperável de ativos:** Foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. j) **Ajuste a valor presente:** Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo decorrentes de operações de curto e longo prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante. k) **Aprovação do resultado:** O resultado do período foi apurado segundo Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações

estão reconhecidos no resultado. O Resultado do exercício será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências estatutárias no ano seguinte. O Resultado do exercício será aplicado integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a ITG 2002(R1) conforme destacada na Nota Explicativa nº 19. l) **Arrendamento mercantil e operacional NBC TG 06 (R3) - Arrendamento:** A NBC TG 06 (R3) exige para todos os contratos de arrendamento no escopo da norma (exceto aqueles enquadrados nas isenções) que os arrendatários reconheçam os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Nas análises realizadas pela Entidade não foi identificado a necessidade de ajuste decorrente da aplicação norma, em suas demonstrações contábeis, uma vez que os saldos envolvidos não são representativos para a administração. m) **Uso de estimativas:** Na elaboração das Demonstrações Contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando estimativas referentes à valorização de permutas, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. n) **Provisão para contingências:** A Entidade é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 18. As provisões são constituídas para as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Administração acredita que essas provisões para riscos tributários e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis, incluindo-se a leitura das Notas Explicativas. **NOTA 04 - Caixa e equivalentes de caixa:** (a) refere-se ao saldo de caixa da matriz. (b) referem-se aos saldos disponíveis em contas correntes bancárias da matriz. (c) referem-se aos saldos de Cartões de Débito do Fundo Fixo das unidades operacionais. (d) referem-se principalmente a Fundos de Investimento e em Certificados de Depósito Bancário - CDB, investimentos por bancos de grandeza nacional, que aplicam em cotas de fundos de investimentos em empresas de curto prazo, conforme análise das melhores taxas de mercado. Estas aplicações são resgatáveis a qualquer momento pela Entidade sem ônus.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em R\$ 1)			
	Patrimônio Social	Superávit Líquido do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2023	387.865	86.191	474.056
Transferência para o patrimônio social Superávit líquido do exercício	86.191	(86.191)	-
	-	86.922	86.922
Saldo em 31/12/2024	474.056	86.922	560.978
Transferência para o patrimônio social Superávit líquido do exercício	86.922	(86.922)	-
	-	128.090	128.090
Saldo em 31/12/2025	560.978	128.090	689.068

As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Método Indireto - Em R\$ 1)

	2025	2024
Método indireto		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit líquido do exercício	128.090	86.922
Ajustes por:		
Depreciação/Amortização	6.404	3.890
Baixa de Bens do Imobilizado/Intangível	3.308	1.126
Provisões para contingências	343	397
Provisão créditos de liquidação duvidosa (Aumento/redução em ativos operacionais)	88	(87)
Aprender a receber	(516)	(4.449)
Estágio a receber	(7)	(423)
Convênios a receber privados	(2.300)	1.900
Convênios Termos de Colaboração Gov RS	(66.597)	(4.968)
Adiantamentos	174	(1.174)
Aluguéis a receber	(201)	158
Outros ativos	(4.782)	134
Investimentos financeiros	17.827	48.293
Aumento/(redução) em passivos operacionais		
Fornecedores e credores	3.885	(51)
Obrigações sociais e tributárias	750	2.733
Bolsa auxílio estagiários a receber	2.648	(1.083)
Recargas a realizar centro de eventos	(6)	(3)
Recargas a realizar convênios	6.487	2.919
Recargas a realizar Termos de Colaboração Gov RS	99.846	-
Disponibilidades líquidas das atividades operacionais	185.069	136.234
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível	(3.583)	(4.212)
Aquisição de imobilizado/ propriedades para investimento	(61.370)	(40.211)
Disponibilidades líquidas das atividades de investimentos	(64.953)	(44.423)
Aumento/Redução das disponibilidades líquidas	120.116	91.811
Saldo das disponibilidades no início do período	214.172	122.361
Saldo das disponibilidades no final do período	334.288	214.172

As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.

NOTA 05 - Aprender a Receber / Estágio a Receber: Referem-se às contribuições destinadas ao CIEE/RS, pelas organizações com convênio para o Programa de Integração ao Mundo do Trabalho - Estágio e Aprendizagem. Os saldos a receber correspondem basicamente às contribuições institucionais dos serviços prestados do quadro de membros cooperadores de empresas privadas e públicas, cujo recebimento ocorre principalmente no mês subsequente. A Entidade utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contribuições institucionais a receber. As perdas são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade. Sobre o montante em atraso provisionado há mais de 180 dias foi constituído o valor a título de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A administração considera esse critério adequado para cobrir as perdas na realização dos valores a receber do programa aprendiz.

Descrição	2025	2024
(a) Caixas.....	14	21
(b) Bancos.....	1.902	1.479
(c) Cartões Fundo Fixo - unidades operacionais.....	214	155
(d) Aplic. Financeiras vinculadas a Termos de Colaboração.....	35.431	2.845
(d) Aplicações Financeiras.....	296.727	209.672
	334.288	214.172

Descrição	2025	2024
Total contribuições institucionais aprendiz a receber	16.118	15.602
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (aprendiz) ...	(318)	(229)
Total contribuições institucionais aprendiz	15.800	15.373
Total Contrib. institucionais estágio a receber	3.781	3.774
	19.581	19.147

Prazo	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações
até 30 dias.....	10.892	-	11.299
31 a 60 dias.....	-	4.306	4.306
61 a 90 dias.....	-	2.763	2.763
91 a 120 dias.....	-	543	543
121 a 150 dias.....	-	216	216
151 a 180 dias.....	-	180	180
Acima de 180 dias.....	-	274	274
Total contribuições a receber	10.892	8.282	19.581

Prazo	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações
até 30 dias.....	12.164	-	12.164
31 a 60 dias.....	-	4.124	4.124
61 a 90 dias.....	-	1.386	1.386
91 a 120 dias.....	-	617	617
121 a 150 dias.....	-	379	379
151 a 180 dias.....	-	181	181
Acima de 180 dias.....	-	296	296
Total contribuições a receber	12.164	6.983	19.147

NOTA 06 - Convênios a Receber / Recargas a realizar de Termos de Colaboração: São registradas nestas rubricas os valores a receber do Governo do Estado do Rio Grande do Sul por intermédio dos convênios firmados com as Secretarias de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos estabelecidos por meio de Termos de Colaboração: FPE N.º 154/2018 e 164/2018 Programa de Oportunidades e Direitos POD Socioeducativo, FPE N.º 2929/2020 Centro da Juventude Alvorada, FPE N.º 4372/2024 Programa Universitário do Amanhã, FPE N.º 2058/2025 Programa Centro de Referência para Juventude - Reconstrução Novo Hamburgo, FPE N.º 2057/2025 Programa Centro de Referência para Juventude - Reconstrução Gravataí, FPE n.º 2514/2025 Programa Família Gaúcha e FPE n.º 4062/2025 Programa Partiu Futuro Reconstrução.

Descrição	2025	2024
Recargas convênios a receber Prog. POD Socioeducativo	1.554	1.802
Recargas convênios a receber Programa Universitário do Amanhã	-	555
Recargas convênios a receber Programa Família Gaúcha	47.500	-
Recargas convênios a receber Prog. CRJ Novo Hamburgo/Gravataí	1.750	-
Recargas convênios a receber Prog. Partiu Futuro Reconstrução	18.150	-
Convênios a receber - Ativo Circulante	68.954	2.357
Descrição	2025	2024
Recargas convênios a realizar Prog. POD Socioeducativo	2.116	2.534
Recargas convênios a realizar Prog. Universitário do Amanhã	-	1.449
Recargas convênios a realizar Prog. Centro da Juventude Alvorada	476	493
Recargas convênios a realizar Prog. Família Gaúcha	61.732	-
Recargas convênios a realizar Prog. CRJ Novo Hamburgo/Gravataí	2.098	-
Recargas convênios a realizar Prog. Partiu Futuro Reconstrução	35.099	-
Recargas a realizar de convênios - Passivo Circulante	101.521	4.476
Descrição	2025	2024
Recargas convênios a receber Programa POD Socioeducativo	653	2.611
Recargas convênios a receber Programa Família Gaúcha	9.500	-
Convênios a receber Termos de Colab. - Ativo Não Circulante	10.153	2.611
Descrição	2025	2024
Recargas convênios a realizar Programa POD Socioeducativo	653	2.611
Recargas convênios a realizar Programa Família Gaúcha	9.500	-
Convênios a realizar Termos de Colab. - Passivo Não Circulante	10.153	2.611

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em R\$ 1)			
	Nota	2025	2024
RECEITAS OPERACIONAIS	20	162.378	123.280
Contribuição institucional Programa Aprendizagem		88.851	73.009
Contribuição institucional Programa Estágio		43.238	38.122
Convênios Termos Colaboração / Conv. Privados		14.969	5.565
Outras Receitas Operacionais		15.320	6.584
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(92.649)	(75.262)
ASSISTÊNCIA SOCIAL	21	(86.763)	(71.295)
Programa de integração ao mundo do trabalho: Aprendizagem		(40.587)	(33.189)
Programa de integração ao mundo do trabalho: Estágio		(19.416)	(19.592)
Programas Deserv. Socioeducativo/Jovem 360/Ações Sociais		(3.132)	(4.133)
Programa Guriás Conectadas/Edu			

... continuação
NOTA 12 - Propriedades para Investimento: As propriedades para investimentos correspondem a terrenos e edifícios mantidos para obtenção de rendimentos ou valorização do capital. As propriedades para investimentos representadas por imóveis destinados a renda, os quais estão demonstrados e contabilizados pelo valor de custo e conforme preconiza a norma contábil está sendo divulgado seu valor justo. O valor justo da propriedade para investimento foi avaliado mediante laudo de avaliação datado de 17 de fevereiro de 2026 junto a empresa Valor Avaliação Patrimonial especializada em avaliação de ativos.

Conta Patrimonial	Propriedades para Investimentos 2025								
	Saldo Inicial	Reclassificação	Saldo Final	Depreciação Inicial	Depreciação Período	Depreciação Acumulada	Tx	Total Líquido	Valor Justo
Propriedade investimento.....	45.437	44.633	90.070	22.516	1.937	24.453	2%	65.617	354.379
Terreno.....	10.500	15.351	25.851	-	-	-	-	25.851	29.370
Total.....	55.937	59.984	115.921	22.516	1.937	24.453	-	91.468	383.749

Conta Patrimonial	Propriedades para Investimentos 2024								
	Saldo Inicial	Reclassificação	Saldo Final	Depreciação Inicial	Depreciação Período	Depreciação Acumulada	Tx	Total Líquido	Valor Justo
Propriedade investimento.....	45.437	-	45.437	21.781	735	22.516	2%	22.921	207.416
Terreno.....	10.500	-	10.500	-	-	-	-	10.500	24.450
Total.....	55.937	-	55.937	21.781	735	22.516	-	33.421	231.866

NOTA 13 - Imobilizado:

Conta Patrimonial	Imobilizado 2025										
	Saldo Inicial	Adições	Transferências	Baixas	Saldo Final	Depreciação Inicial	Depreciação Período	Transferência	Depreciação Acumulada	Tx	Total Líquido
Computad. e perif.....	7.463	1.328	-	-	8.791	5.333	806	-	6.139	20%	2.652
Edifícios.....	8.122	-	(1.584)	-	6.538	4.643	139	(645)	4.137	2%	2.401
Imóveis.....	11.032	-	39.287	-	50.319	2.264	670	-	2.934	2%	47.385
Instalações.....	9.963	1.704	2.560	-	14.227	6.589	710	-	7.299	10%	6.928
Máq. e Equipamentos.....	2.018	1	-	-	2.019	1.630	54	-	1.684	10%	335
Móveis e utensílios.....	7.886	5.753	-	-	13.639	4.315	857	-	5.172	10%	8.467
Obras em andamento.....	94.244	49.066	(100.247)	-	43.063	-	-	-	-	-	43.063
Adiant. Fornec. Imob.....	2.784	3.517	-	(3.286)	3.015	-	-	-	-	-	3.015
Terrenos.....	5.496	-	-	-	5.496	-	-	-	-	-	5.496
Total.....	149.008	61.369	(59.984)	(3.286)	147.107	24.775	3.236	(645)	27.365	-	119.742

Obras em andamento: O saldo remanescente da rubrica é composto por obras das futuras sedes dos CIEE: Porto Alegre – Centro Histórico R\$ 7.436, Passo Fundo R\$ 5.546, Caxias do Sul R\$ 17.162, Bento Gonçalves R\$ 4.161, Lajeado R\$ 3.690, Pelotas R\$ 2.057, Espaço Convivência POA R\$ 1.016, Reformas Unidades Interior (Canoas/Farroupilha/Cachoeira do Sul/Sarandi/Encantado/Bagé/Carazinho/Novo Hamburgo/Gravata/Santa Maria) R\$ 1.995. **Adiantamento de Fornecedores Imobilizado:** O saldo da rubrica é composto por pagamentos realizados do troca do Datacenter da sede CIEE Porto Alegre – Centro histórico R\$ 3.015.

Conta Patrimonial	Imobilizado 2024										
	Saldo Inicial	Adições	Transferências	Baixas	Saldo Final	Depreciação Inicial	Depreciação Período	Baixa Depreciação	Depreciação Acumulada	Tx	Total Líquido
Computad. e perif.....	7.940	493	224	(1.195)	7.463	5.703	818	(1.188)	5.333	20%	2.129
Edifícios.....	8.122	-	-	-	8.122	4.481	162	-	4.643	2%	3.479
Imóveis.....	11.032	-	-	-	11.032	2.002	262	-	2.264	2%	8.768
Instalações.....	8.254	791	918	-	9.963	6.177	412	-	6.589	10%	3.374
Máq. e Equipamentos.....	2.007	17	-	(5)	2.018	1.575	60	(5)	1.630	10%	389
Móveis e utensílios.....	5.593	2.313	(3)	(17)	7.886	3.921	412	(17)	4.316	10%	3.570
Obras em andamento.....	59.583	35.800	(1.139)	-	94.244	-	-	-	-	-	94.244
Adiant. Fornec. Imob.....	3.108	796	-	(1.120)	2.784	-	-	-	-	-	2.784
Terrenos.....	5.496	-	-	-	5.496	-	-	-	-	-	5.496
Total.....	111.135	40.210	-	(2.337)	149.008	23.859	2.126	(1.210)	24.775	-	124.233

Obras em andamento: O saldo remanescente da rubrica é composto por obras das futuras sedes dos CIEE: Porto Alegre – Centro Histórico R\$ 77.798, Gravataí R\$ 9.648, Passo Fundo R\$ 2.518, Caxias do Sul R\$ 2.137 e Bento Gonçalves R\$ 2.143. Adiantamento de Fornecedores Imobilizado: O saldo da rubrica é composto por pagamentos realizados do mobiliário para sede CIEE Porto Alegre – Centro histórico R\$ 2.785.

NOTA 14 - Intangível: Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenha por objetivo bens incorpóreos destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade. O cálculo de amortização é baseado no método linear, que leva em conta o tempo de vida útil estimada dos bens. Os valores identificados com custos com desenvolvimento e andamento são relativos a projetos em andamento. Os intangíveis em desenvolvimento referem-se à produção de conteúdo na plataforma digital a serem ofertados nos programas Aprendiz e Estágio e melhorias nos sistemas de gestão operacional do CIEE.

Conta Patrimonial	Intangível 2025									
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Baixas Intangível	Saldo intangível	Amort. Inicial	Amort. período	Amort. acumulada	Taxa amort. a.a.	Total líquido
Intangível Desenvolvimento Software.....	3.617	3.583	(3.617)	(22)	3.561	-	-	-	-	3.561
Intangível Software.....	5.770	-	3.617	-	9.387	1.551	1.875	3.426	20%	5.961
Total.....	9.387	3.583	-	-	12.948	1.551	1.875	3.426	-	9.522

Conta Patrimonial	Intangível 2024									
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Baixas Intangível	Saldo intangível	Amort. Inicial	Amort. período	Amort. acumulada	Taxa amort. a.a.	Total líquido
Intangível Desenvolvimento Software.....	2.563	2.937	(1.883)	-	3.617	-	-	-	-	3.617
Intangível Software.....	2.612	1.275	1.883	-	5.770	522	1.029	1.551	20%	4.219
Total.....	5.175	4.212	-	-	9.387	522	1.029	1.551	-	7.836

NOTA 15 - Fornecedores e credores e Permutas a compensar: São registrados nestas rubricas os valores a pagar de: fornecedores de serviços e honorários profissionais, alugueis de imóveis, materiais de consumo e escritório, fornecedores de construção civil e manutenção predial, operadoras de telecomunicações, de água, energia elétrica, fornecedores de serviços especializados de tecnologia, fornecedores de mídia e publicidade, entre outros:

Descrição	2025	2024
Fornecedores a pagar.....	6.076	2.260
Provisões diversas Fornecedores.....	150	-
Permutas a Compensar.....	41	122

NOTA 16 - Obrigações Sociais e Tributárias:

Descrição	2025	2024
INSS a Recolher.....	568	433
IRRF a Recolher.....	396	349
FGTS a Recolher.....	418	300
PIS/COFINS/CSLL a Recolher (terceiros).....	59	66
ISSQN a Recolher (terceiros).....	59	49
Emprestimo crédito do trabalhador (FGTS).....	49	-
Ordenados a Pagar.....	1.082	1.549
Provisão de Férias e Encargos Sociais.....	9.087	8.222
Total.....	11.718	10.968

NOTA 17 - Bolsa Auxílio Estagiários a repassar: São registrados nestas rubricas, os valores recebidos das empresas conveniadas pelo CIEE. Nesse sistema os valores de Bolsa Auxílio são inicialmente recebidos pelo CIEE das empresas concedentes de estágio e repassados integralmente aos estagiários contratados, esses eventos são registrados no Passivo Circulante, nas rubricas BAE Recebidas e BAE Distribuídas, respectivamente.

Descrição	2025	2024
Bolsa Auxílio Estagiários a Repassar.....	6.852	4.204

NOTA 18 - Depósitos Judiciais, Provisões para Contingências: A Entidade é parte de diversos processos de natureza trabalhista e cível, à cargo de consultores jurídicos externos, os quais estimam como perdas prováveis os valores de R\$ 799 em 2025 (R\$ 456 em 2024), dentre o montante dos depósitos judiciais, R\$ 120 (R\$ 38 em 2024) refere-se a garantias judiciais de processos trabalhistas que se encontram em julgamento, estão associados aos processos estimados como **perdas prováveis**. As provisões para eventuais perdas prováveis são estimadas e atualizadas pela administração.

Descrição	Provisões para Contingências		Depósitos Judiciais	
	2025	2024	2025	2024
Reclamatórias Trabalhistas.....	799	456	428	229

Movimentação das Provisões para Contingências Cíveis/Trabalhistas

Descrição	2025		2024	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Saldo Inicial.....	456	59	59	59
Baixas.....	(85)	(603)	(603)	(85)
Adições.....	427	1.000	1.000	427
Saldo Final.....	799	456	456	799

Existem processos em andamento contra a Entidade, os quais foram analisados por seus assessores jurídicos e classificados como possíveis obrigações futuras, para os quais foram estimados valores de desembolso no montante de R\$ 2.955 em 2025 (R\$ 2.230 em 2024). A totalidade dos processos classificados como o risco de **perdas possíveis** não são provisionadas nas demonstrações contábeis e referem-se a reclamatórias trabalhistas e de jovens do programa aprendiz da modalidade CIEE empregador. Dentre o montante dos depósitos judiciais R\$308 refere-se a garantias judiciais de processos trabalhistas que se encontram em julgamento, (R\$ 191 em 2024) estão associados aos processos estimados como **perdas possíveis**.

NOTA 19 - Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido compreende o Patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos ao longo dos exercícios, conforme o estatuto social do CIEE/RS são aplicados integralmente na manutenção dos seus objetivos, não podendo por consequência, distribuir qualquer parcela do seu patrimônio ou de seus resultados. O superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social no ano seguinte ao de sua formação.

NOTA 20 - Receitas Operacionais:

Receitas Operacionais	2025		2024	
	147.058	116.696	73.009	88.851
Contribuição institucional programa Aprendiz.....	88.851	73.009	-	-
Contribuição institucional programa Estágio.....	43.238	38.122	-	-
Receita convênio Banrisul.....	2.420	1.726	-	-
Receita Instituto Renner prog Guriás Conectadas.....	1.070	-	-	-
Receita convênio programa POD Socioeducativo.....	2.376	2.161	-	-
Receita convênio programa CJ Alvorada.....	977	905	-	-
Receita convênio programa Universitário do Amanhã.....	1.449	773	-	-
Receitas convênio programa Família Gaúcha.....	6.442	-	-	-
Rec. convênio progr. CRJ Novo Hamburgo/Gravataí.....	235	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	15.320	6.584	-	-
Receita Centro de Eventos.....	1.751	1.365	-	-
Receita alugueis salas.....	4.006	3.928	-	-
Receita estacionamento.....	628	464	-	-
Receita Restaurante/cafeateria.....	167	136	-	-
Receitas diversas.....	18	74	-	-
Receitas convênios inst. bancárias.....	2.697	444	-	-
Reversão provisões processos trabalhistas.....	-	173	-	-
Receitas direitos/cessão índices construtivos.....	6.053	-	-	-
Total.....	162.378	123.280	-	-

Composição dos Custos e Despesas Operacionais dos Programas de Assistência Social: 2025

Descrição	Integração ao Mundo do Trabalho: Prog. Aprendiz	Integração ao Mundo do Trabalho: Prog. Estágio	Desenvolvim. Socioeducativo/ Prog. Jovem 360/ Ações sociais	Prog. Guriás Conectadas/ Educa+Saúde	Programa de Oportunidade e Direitos: POD Socioeducativo	Prog. Centro da Juventude Alvorada	Prog. Universitário do Amanhã	Prog. Centro de Referência Juventude CRJ	Prog. Família Gaúcha	Total
	Salários/encargos beneficis/trein.....	29.775	13.388	1.939	267	1.860	486	388	124	4.219
Seguro de vida e Assistência Médica.....	4	126	27	107	-	-	-	-	-	157
Publicidade e Divulgação.....	2.765	507	207	7	4	18	-	-	21	3.422
Materiais de Consumo.....	405	263	45	7	24	34	168	39	27	1.012
Infraestrutura de sede.....	3.941	1.929	161	1	37	41	-	5	96	6.211
Serviços Públicos.....	950	398	38	-	28	-	-	-	-	1.414
Serviços de Comunicação.....	454	375	11	-	6	-	-	-	-	846
Serviços Especializados Contratados.....	4.119	1.433	448	1	37	168	445	-	278	6.929
Depreciações e Amortizações.....	3.474	1.271	95	4	3	-	3	2	-	4.852
Outras Despesas Operac.....	3.654	1.308	528	1.927	393	231	7	67	1.359	9.474
Total.....	49.541	20.998	3.399	2.207	2.392	978	1.011	237	6.000	86.763

Composição dos Custos e Despesas Operacionais dos Programas de Assistência Social: 2024

Descrição	Integração ao Mundo do Trabalho: Prog. Aprendiz	Integração ao Mundo do Trabalho: Prog. Estágio	Desenvolvim. Socioeducativo/ Prog. Jovem 360/ Ações sociais	Prog. Guriás Conectadas/ Educa+Saúde	Programa de Oportunidade e Direitos: POD Socioeducativo	Prog. Centro da Juventude Alvorada	Prog. Universitário do Amanhã	Prog. Centro de Referência Juventude CRJ	Prog. Família Gaúcha	Total
	Salários/encargos beneficis/trein.....	26.320	13.911	1.454	-	1.755	584	21	-	-
Seguro de vida e Assistência Médica.....	5	130	-	-	-	-	-	-	-	135
Publicidade e Divulgação.....	1.365	303	64	-	-	1	-	-	-	1.983
Materiais de Consumo.....	355	236	38	-	11	14	301	-	-	955
Infraestrutura de sede.....	3.450	1.883	145	-	60	54	-	-	-	5.592
Serviços Públicos.....	744	343	17	-	12	-	-	-	-	1.116
Serviços de Comunicação.....	428	398	8	-	-	-	-	-	-	834
Serviços Especializados Contratados.....	3.439	1.399	282	-	43	88	351	-	-	5.602
Depreciações e Amortizações.....	1.650	1.169	52	-	-	-	-	-	-	2.871
Outras Despesas Operac.....	3.978	1.360	2.306	-	288	230	7	-	-	8.162
Total.....	41.984	21.132	4.366	-	2.169	971	673	-	-	71.295

... continuação

NOTA 22 - Custos e despesas operacionais de outras atividades operacionais:

Custos e despesas locações propriedades CIEE:	2025	2024
Centro de Eventos/Salas e Cjtos/Estacionamento/Cafeteria		
Salários/encargos/benefícios/treinamentos.....	1.285	831
Publicidade e divulgação.....	2	2
Materiais de consumo.....	112	47
Infraestrutura de sede.....	880	538
Serviços públicos.....	837	749
Serviços de comunicação.....	6	2
Serviços especializados contratados.....	1.094	698
Depreciações e amortizações.....	1.551	1.019
Outras despesas operacionais.....	119	81
	5.886	3.967

NOTA 23 - Trabalho Voluntário: Em atendimento à NBC ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros "O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício das suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro". O CIEE/RS valoriza as receitas com trabalho voluntário inclusive dos membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo, considerando os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As Receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida as despesas operacionais.

Descrição	2025	2024
Despesas com trabalho voluntário	(3.231)	(2.982)
Receitas com trabalho voluntário	3.231	2.982
Trabalho voluntário	-	-

NOTA 24 - Resultado Financeiro: O resultado financeiro abrange basicamente as receitas de juros dos rendimentos e das perdas na carteira de fundos de investimentos bancários de aplicações financeiras da entidade, além dos rendimentos/proventos das ações linhas de telefonia. Os rendimentos e as perdas são reconhecidos no resultado, através do método de juros efetivos.

Descrição	2025	2024
Rendimentos de aplicações.....	58.317	38.871
Juros, multas e outros rendimentos.....	44	58
Perdas em aplicações financeiras.....	-	(25)
		(25)
Resultado financeiro.....	58.361	38.929

NOTA 25 - Certificados, imunidades, isenções e renúncia fiscal: O CIEE-RS é uma Associação Civil, sem fins lucrativos, cuja atuação se concentra predominantemente na área de Assistência Social, podendo também estender-se à Educação e Cultura. A seguir, delineiam-se os registros e titulações declarativos concedidos pelo Poder Público, que respaldam suas atividades: nesta condição é possuidora dos seguintes Registros e Títulos Declaratórios outorgados pelo Poder Público: Registro no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, cfe. Processo nº 203.862/76 deferido em 11/08/1976, Declaração de Utilidade Pública Municipal, Lei Municipal nº 5.425 de 29/06/1984 publicado no DOM de 03/07/1984, inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Porto Alegre: nº 246/89, conforme Resolução nº 71, datada de 19/11/1999, atualizada pelo nº 237/2013, que garante a continuidade dos serviços e programas desenvolvidos. Registro na Secretaria de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul: Certidão de Registro nº 311249, vinculada ao processo nº 23210000036078. Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre: nº: 8.018, além disso, os programas do CIEE-RS estão registrados nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente em todas as unidades de atendimento onde o programa de Aprendizagem Profissional é executado, possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social conforme portaria nº 49/2022. **O CIEE-RS goza plenamente da imunidade tributária em relação aos IMPOSTOS**, nos termos do Artigo nº 150, Inc. VI, "c" da Constituição Federal, e, pelo atendimento do Art. 14 do CTN, visto sua qualificação como Entidade sem fins lucrativos. Também goza da imunidade tributária em relação às CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS, à luz do § 7º do Art. 195, da Constituição Federal, conforme decidido pelo STF quando do julgamento das ADIns 2028 e do RE 566622. O CIEE-RS, em cumprimento da legislação que lhe é pertinente por ser Entidade de assistência Social sem fins lucrativos (Lei nº 8742/93 - LOAS e Lei nº 12.101/2009). **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social CEBAS**, é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS. O processo foi deferido para o período de 30/07/2020 até 31/12/2024, publicada no D.O.U. conforme portaria nº 49/2022 de 25/05/2022. Com a certificação válida, realizou protocolo tempestivo de processo de renovação tombado sob o nº 308796.1132734/2024, junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, em 22/10/2024. **Em atendimento ao item 27, letra "C" da ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros**, os tributos

objetos da renúncia fiscal para os exercícios de 2025 e 2024 são: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o superávit apurado (CSLL), da Contribuição Previdenciária (quota patronal) ao INSS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), programa da integração social (PIS) e dos impostos municipais IPTU e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Nos Exercícios de 2025 e 2024, o CIEE/RS usufruiu da Isenção das Contribuições Previdenciárias conforme demonstrativo:

Descrição	2025	2024
Contribuição Social - Cota Patronal.....	11.092	8.556
Contribuição Social - SAT.....	555	428
Contribuição Social - Terceiros.....	1.933	1.579
Contribuição Social - Autônomos.....	84	71
	13.664	10.634

NOTA 26 – Gerenciamento de risco financeiro: a) Risco de mercado: As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que está sujeita. As atividades da Entidade a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de retração do mercado devido a alterações na legislação do estágio, aprendizagem e trabalhista, risco de aumento de processos trabalhistas de estagiários e aprendizagem, risco de restrições orçamentárias em órgãos da administração pública, risco de ampliação dos agentes próprios de intermediação das instituições de ensino, risco de retração do mercado devido às crises nacionais e internacionais. A entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados, além de constante monitoramento do mercado em que atua. **b) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de empresas e em títulos de investimento para mitigar esses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. Com relação aos valores a receber de empresas a Entidade constitui provisão para perdas julgada suficiente para cobrir eventuais inadimplências. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. **c) Gestão de capital:** Os objetivos da Entidade, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a continuidade das operações de filantropia para oferecer retorno à sociedade contemplada com suas ações sociais e benefícios às outras partes interessadas. A Entidade tem utilizado essencialmente capital oriundo de contribuições sobre os contratos firmados para intermediação dos programas estágio e aprendizagem além das receitas geradas das atividades meio do seu patrimônio, aplicadas integralmente no financiamento de suas atividades sociais, apresentando, consistentemente, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de caixa.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2025

José Carlos Hruby CPF: 004.165.920-15	Marivaldo Antonio Tumelero CPF: 007.229.870-72	
Presidente do Conselho Deliberativo	Presidente	
Ronaldo Netto Sielichow CPF: 074.107.190-87	Philippe Olivier Alexandre Navaux CPF: 055.480.120-53	Paulo Roberto Diehl Kruse CPF: 148.718.150-72
1º Vice-Presidente	2º Vice-Presidente	3º Vice-Presidente
Lucas Antônio Sciapina Baldisserotto CPF: 443.541.340-04		Fernando Marcos Stuepp Cavalcanti CPF: 662.350.300-53
Superintendente Executivo		Contador CRC/RS 059799

Parcer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Centro de Integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Diretoria da Entidade, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas. Com base nos exames efetuados, considerando ainda, o Relatório do Auditor Independente– HLB BRASIL Rokembach + Lahm, Villanova & Cia. Auditores – emitido em 13 de março de 2026, bem como, as informações e esclarecimentos recebidos da Administração e da Auditoria Externa Independente, opina, pela totalidade de seus membros, que as referidas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho Deliberativo.

Porto Alegre, 25 de março de 2026.

Eduardo da Gama Godoy - Conselheiro Fiscal
Nelson Lido Nunes - Conselheiro Fiscal
Luis Henrique Tavares Stein - Conselheiro Fiscal
Luciano Teixeira Agliardi Conselheiro Fiscal

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores do **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL - CIEE/RS**. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros NBC ITG 2002 (R1). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Entidades sem finalidades de lucros NBC ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre - RS, 13 de março de 2026

HLB Brasil Assurance - Rokembach & Cia. Auditores Ltda.
CRCRS 003663/O | CNAI-PJ 40 | CVM 7048
Andréia Scaramussa - CRCRS 69323/O-3 | CNAI 3541